



PROCESSO Nº: 17.873/10

ORIGEM: Cidadão

ASSUNTO: Denúncia

EMENTA: Denúncia formulada por cidadão sobre suposta irregularidade no procedimento de convocação dos candidatos aprovados para a segunda etapa do concurso público para o cargo de Técnico Legislativo, categoria Policial Legislativo, da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF (Edital nº 1/2005 – CLDF). Determinação de inspeção na execução do certame, por meio do Despacho Singular nº 132/2010 – GCMA. Inspetoria realiza a inspeção e conclui pela ausência de irregularidades no procedimento de convocação e pela improcedência da denúncia.

Inspetoria sugere ao Tribunal conhecer da inspeção e dos documentos acostados aos autos, considerar regular a convocação dos candidatos aprovados nas duas etapas do concurso público para o cargo de Técnico Legislativo, categoria Policial Legislativo e determinar diligência à Câmara Legislativa para informar acerca da decisão judicial que considerou inconstitucional o inciso III do art. 6º da Resolução CLDF nº 229/07.

MPjTCDF acolhe as sugestões da Inspetoria, destacando a importância da diligência sugerida pelo Corpo Técnico.

Voto convergente. Conhecimento. Improcedência da denúncia. Ciência ao denunciante. Diligência à CLDF.

Tratam os autos de denúncia formulada por Renato de Lima França, cidadão qualificado às fls.08/12, contra suposta irregularidade ocorrida no procedimento de convocação dos candidatos aprovados no concurso para o cargo de Técnico Legislativo, categoria Policial Legislativo, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, de que trata o Edital nº 1/2005 – CLDF, de 26 de outubro de 2005 (fls.84/102).



A Unidade Técnica procedeu à inspeção na execução do aludido certame, conforme fls. 202/222, em atenção ao determinado no Despacho Singular nº 132/2010 – GCMA, à fl. 22.

Na inspeção realizada, a Inspetoria destaca, inicialmente, em resumo, os termos da denúncia:

02. *Alega o denunciante que foi prejudicado no certame, pois foram convocados para o curso de Treinamento Específico apenas os 20 (vinte) primeiros candidatos aprovados, total que coincide com o número de vagas previsto no item 25 daquele edital, ao contrário do que ocorreu no recrutamento para o cargo de Técnico Legislativo, categoria: Técnico Legislativo, para o qual a CLDF fixou 10 (dez) vagas no edital, mas nomeou mais de 30 (trinta) candidatos. Assim, reclama que mesmo tendo alcançado a vigésima primeira colocação deixou de ser convocado. Reclama, também, que foi excluído em razão dos candidatos favorecidos por decisões liminares, posteriormente cassadas. Alega, ainda, a existência de uma vaga, mas a CLDF preferiu não convocar novos candidatos. Dessa forma, ao contestar o procedimento levado a efeito por aquela Casa Legislativa, no concurso público em referência, o interessado solicitou a nomeação dos candidatos dentro do número de vagas previstas no edital. O pedido tem como escopo a decisão proferida no RMS 27.311/AM (fls.02), no sentido de que, até a data da expiração do certame, a administração “tem o poder-dever de convocar os candidatos aprovados no limite das vagas que veiculou no edital...”*

Assinala o posicionamento do MPJTCDF, às fls. 17/21, no sentido de que a administração está vinculada ao número de vagas estabelecidas no edital do certame; de que há vagas para o cargo de Técnico Legislativo, categoria Policial Legislativo, se a CLDF estiver nomeando terceiros para o exercício de cargos comissionados com atribuições coincidentes as daquele cargo; e de que sejam solicitadas informações à jurisdicionada sobre os procedimentos de convocação e nomeação do concurso.

Pede que o Plenário releve o atraso na conclusão da inspeção, em razão de a análise e a pesquisa efetuadas terem demandado um tempo maior que o previsto.

Ressalta que a inspeção “... foi realizada para obter dados



ou informações preliminares sobre a procedência de fatos relacionados à denúncia de fls.01/02, bem como aos questionamentos formulados pelo douto MP (fls.17/21), quanto ao número de aprovados no concurso em foco, com a indicação dos nomeados e exonerados e a relação de todos os cargos comissionados da CLDF”, acrescentando que “esses dados foram colhidos junto à Diretoria de Recursos Humanos daquela Casa Legislativa e fazem parte da documentação de fls.30/83.”

Apresenta, relativamente às vagas do concurso e às nomeações efetivadas pela CLDF, as seguintes considerações:

13. *Conforme se observa no demonstrativo de fls.32/34, que corresponde ao anexo 01, no Quadro da CLDF, em 15/09/2010, existiam 92 (noventa e dois) cargos de Agente de Polícia Legislativo. Destes, 45 (quarenta e cinco) providos e 47 (quarenta e sete) vagas. Quanto às vagas oferecidas no concurso, o edital normativo informa que foram previstas 20 (vinte) vagas, mas o demonstrativo revela que apenas 19 (dezenove) candidatos conseguiram aprovação, sendo nomeados os 18 (dezoito) primeiros classificados, dentre eles 02 (dois) deficientes físicos, posicionados em 1º e 4º lugar dentro da sua categoria.*

14. *Contudo, essa informação está equivocada. De acordo com o Edital nº 48/2006- CLDF (fls. 56), que trata do resultado final do concurso, foram aprovados para o cargo de Técnico Legislativo – Policial Legislativo 23 (vinte e três) candidatos, dentre eles 07(sete) candidatos sub judice e 01(um) que se declarou portador de deficiência. Também integram esse total 03 (três) portadores de deficiência, amparados por decisão judicial.*

15. *Da mesma forma, está equivocada a informação quanto à classificação do candidato portador de deficiência, nomeado pelo Ato do Presidente nº 301 de 2006 (fls. 57), Carlos Eduardo Lustosa da Costa. Equivocada porque tanto o ato em questão, quanto o Edital nº 48/2006 o classificam na 3º posição dentro do grupo dos portadores de deficiência. Por outro lado, a informação relativa à nomeação do 4º classificado está correta, haja vista que ela corresponde à indicada no Ato do Presidente nº 411/2010 (fls. 59), que nomeou o candidato Fernando Henrique Menezes da Costa e Silva, candidato sub judice, aprovado no mesmo grupo.*

16. *Dos aprovados, 14 (quatorze) foram nomeados pelo*



Ato do Presidente nº 301, de 29 de junho de 2006 – CLDF (fls.57), dentre eles um portador de deficiência. Esse ato reservou 07 (sete) vagas para os candidatos beneficiados por decisões judiciais (art. 2º), sendo 03 (três) delas para os que se declararam portadores de deficiência. As vagas reservadas foram providas pela nomeação de 04 (quatro) candidatos sub judice, nos termos do Ato do Presidente nº 439, de 2006 (fls.58). E, recentemente, foi acrescentado ao rol outro candidato portador de deficiência, mediante o Ato nº 411/2010 (fls.59), citado anteriormente. Portanto, ao final foram nomeados 19 (dezenove) candidatos para o cargo em apreço, restando 02 (duas) vagas para os candidatos deficientes cuja ação judicial ainda pende de decisão. Assim, segundo as informações fornecidas pela CLDF, o rol dos nomeados é o seguinte:

André Luiz Vieira

Jucélio Soares da Silva

Carla Simone Seixo de Brito

Reinaldo Sousa Ferreira Júnior

Humberto Alves de Vasconcelos

Edson Cândido de Oliveira

Dirceu Falcão da Mota Neto

Flávio Azevedo Mineiro (sub judice)

Fabiana Rodovalho de Queiroz Trevisol (sub judice)

Atarcisio da Cunha Junior (sub judice)

Fernando Sette Bruggermann

Lívea Cardoso Manrique

Claudionor Alves de Freitas

Carlos Eduardo Ferreira dos Santos

Antonio Serafim Neto (sub judice)

Fabiana di Lucia da Silva Peixoto

Fernanda Vieira Santos Azevedo (sub judice)

Carlos Eduardo Lustosa da Costa ()*

Fernando Henrique Menezes da Costa e Silva ()*

() portador de deficiência*

17. Convém ressaltar que o candidato classificado em 6º lugar no certame, Julierme Carvalho de Barros, foi eliminado do concurso pelo Edital nº 45, de 12/06/2006 (fls.55).

18. Quanto aos candidatos amparados por decisões judiciais (sub judice), realizamos pesquisas junto ao site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, tencionando verificar a regularidade destas nomeações. A



pesquisa resultou nas informações que seguem, demonstrando a evolução das demandas do grupo focado:

- 1) **Flávio Azevedo Mineiro** – Mandado de Segurança nº 2006.00.2.005337-4 (fls.147/154). O candidato impetrou MS para assegurar sua convocação para a segunda etapa do concurso. A liminar foi concedida para garantir a inclusão do autor no curso de Treinamento Específico previsto para os candidatos aprovados na primeira etapa do concurso público em questão. Conforme o Voto do Relator, o impetrante ingressou com nova petição buscando outra medida liminar requerendo a determinação de sua nomeação, ao argumento de que foi classificado junto com os candidatos sub judice, e que estes haviam sido nomeados para o cargo, mesmo tendo colocação posterior a sua. Porém, a nomeação e a posse ficaram suspensas até a decisão final do MS. A ordem foi concedida em parte, apenas para assegurar a continuação do interessado no certame. A CLDF interpôs Recurso Especial contra esta decisão, cuja remessa foi indeferida na origem. O feito transitou em julgado em 5/2/2007 e foi arquivado em 26/2/2007;
- 2) **Antônio Serafim Neto** – MS – 2006.00.2.003117-4 (fls.155/161) - impetrou MS contra ato da Administração que o eliminou do concurso em estudo, em razão de não ter observado o horário de entrega do exame médico, na data aprazada pelo edital. A liminar pleiteada foi concedida para determinar à entidade realizadora do concurso o recebimento “...do laudo de avaliação clínica do otorrinolaringologista a fim de que, caso considerado apto na fase de inspeção de saúde, possa o impetrante participar das demais fases do concurso.”¹ No mérito, foi concedida a segurança. A CLDF interpôs agravo de instrumento contra a decisão que negou o seguimento do RESP, interposto contra a decisão proferida no mérito do MS. O agravo de instrumento foi indeferido pelo Tribunal a quo. Assim, a decisão de mérito transitou em julgado em 28/9/2007;
- 3) **Velton Rodrigues Cunha, Nazareno Cesar de Assis, Fernanda Vieira Santos Azevedo Borges, Ivan de Sousa Costa, Fabiana Rodovalho de Queiroz Trevisol e Cleiton Paulo da Silva** – MS nº 2006.00.2.004039-4 (fls. 69/75 e 162/175) - O MS foi impetrado com o fim de impugnar o exame

¹ MS nº 2006002003117-4- Decisão de 5/4/2006 (fls.161).



psicotécnico como etapa do concurso público em apreço. Inicialmente, o feito foi julgado prejudicado em relação a Velton Rodrigues Cunha, Nazareno Cesar de Assis, Ivan de Sousa Costa e Cleiton Paulo da Silva, diante da informação da não aprovação desses candidatos. A segurança foi concedida, em parte, à Fernanda Santos e integralmente à Fabiana Rodovalho. Posteriormente, os excluídos do MS interpuseram embargos de declaração, alegando que foram aprovados na primeira fase do concurso e que teriam chance de ser chamados, no futuro, para o treinamento específico. O TJDF concedeu ao feito efeitos infringentes para analisar o mérito do MS, concedendo, em parte, a segurança “tão-somente para determinar o prosseguimento dos impetrantes nas fases do certame, desconsiderando as suas avaliações psicológicas.”² A nomeação e a posse dos autores não foram discutidas no mandamus. A CLDF interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão que negou seguimento ao Recurso Extraordinário interposto contra a decisão do writ. A 2ª Turma do STF negou provimento ao agravo. O feito, porém, ainda não transitou em julgado;

- 4) **Atarcísio da Cunha Júnior** – MS n.º 2006.00.2.004584-4 (fls. 76/80 e fls.176/179) – *O candidato impetrou Mandado de Segurança contra ato omissivo do Presidente da Câmara Legislativa do DF que não havia se manifestado sobre o seu recurso administrativo, interposto contra ato que o eliminou da fase do certame relativa à inspeção de saúde, por não ter apresentado avaliação clínica cardiológica e otorrinolaringológica emitida por médico identificado como especialista na área. Foi deferida liminar para assegurar a matrícula do autor no curso de Treinamento Específico. Mais tarde, a segurança foi concedida. O candidato interpôs, então, Embargos de Declaração tencionando esclarecer a parte da decisão que estabeleceu os efeitos do mandamus, tanto os financeiros, quanto os funcionais. Os embargos foram acolhidos, para informar ao impetrante “que os direitos inerentes ao cargo público somente podem ser concedidos ao servidor a partir do momento em que este entra em exercício do cargo.” Tramita no STF o Recurso Extraordinário interposto pela CLDF contra a decisão exarada no MS em questão (fls.179);*

² Voto condutor do Acórdão nº277739 (fls. 164/173)



5) **Fernando Henrique Menezes da Costa e Silva** – Ação Ordinária nº 2006.01.1.052545-8 – (fls.81/83 e fls. 180/183) – O candidato em referência concorreu a uma vaga destinada a deficientes físicos. Ajuizou ação ordinária, com pedido de antecipação de tutela, contra o Distrito Federal tendo em vista que foi aprovado em 4º lugar, mas em virtude de liminares concedidas, três outros candidatos com classificação inferior a sua foram convocados para a fase subsequente do concurso. O pedido de antecipação de tutela foi deferido, determinando a inscrição do postulante na segunda etapa do concurso público em questão. A liminar deferida foi ratificada pela Sentença de 29 de junho de 2007, vista às fls.180/183 de cujo teor extraiu-se o trecho a seguir reproduzido:

“(…)

Assim, diante de tais fatos, verifica-se que, o postulante alcançou a 4ª posição na classificação, referente às vagas destinadas a deficientes físicos, estando, portanto, apto para participar da 2ª etapa do concurso, consubstanciada no "treinamento específico", o que pode ficar confirmado pela divulgação do resultado final do concurso público para o cargo de Técnico Legislativo/policial legislativo, à fl. 204, item 2.2.1.3.

Por assim entender, ratifico a liminar deferida, julgo procedente o pedido, para declarar a nulidade do ato que excluiu o autor da 2ª etapa do concurso público para provimento do cargo de Técnico Legislativo, categoria Policial Legislativo, promovido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, regulado pelo Edital nº 001/2005, garantindo-lhe o prosseguimento no certame e, uma vez aprovado e atendidos demais requisitos do ato convocatório, a nomeação para o cargo pretendido, obedecida a ordem de classificação. Sem custas, nos termos do Decreto-Lei 500/69. Fixo os honorários em R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 20, § 4º do Código de Processo Civil.

(…)”

De acordo com o demonstrativo de fls. 81/83, o processo ainda tramita no âmbito do TJDF.

19. No Edital nº 48/2006 constam ainda 03 (três) candidatos aprovados na condição de sub judice, são eles:



Mário Cesar Saldan, Diego Tormin e Márcio Gonçalves da Silva. Os dois últimos concorreram às vagas destinadas aos portadores de deficiência. Neste caso, a pesquisa no site do TJDFT revelou que o candidato Mário Cesar Saldan impetrou o Mandado de Segurança nº 2006.00.2.005363-6, visando participar da segunda etapa do concurso. Obteve liminar para matricular-se no curso de Treinamento Específico (fls.184), todavia o mérito do MS foi indeferido e a liminar cassada por ausência de direito líquido e certo, haja vista que o interessado alcançara apenas a 208ª (ducentésima oitava) posição, não podendo, dessa forma, ser convocado para a o curso de formação em prejuízo daqueles candidatos com melhor classificação que a sua (fls. 185/186). Por conseguinte, mesmo aprovado no curso, não foi nomeado. No entanto, tramita no âmbito do Superior Tribunal de Justiça o Recurso em Mandado de Segurança nº 2008/0069978-0 (fls. 187/188), ainda sem decisão de mérito.

20. *Com relação a Diego Abreu Tormin, verificamos que ingressou com ação de conhecimento pelo rito comum ordinário, que recebeu o número 2006.01.1.042310-7 (fls.199/201), contra o Distrito Federal, visando anular o ato que o considerou não-recomendado no exame psicológico. Na oportunidade, requereu a antecipação da tutela, com o fim de lhe ser assegurado o prosseguimento no certame. A tutela foi deferida na forma solicitada, e, ainda, a reserva da vaga, até o final da demanda. O Distrito Federal apelou da Sentença, mas foi negado provimento ao recurso. Foi negado, também, seguimento aos Recursos Especial e Extraordinário. O feito aguarda a decisão do STJ no Agravo de Instrumento 1320449-DF.*

21. *Por sua vez, Márcio Gonçalves da Silva ajuizou a Ação Ordinária nº 2006.01.1.046016-8 (fls.203/208), contra o Distrito Federal, requerendo também a antecipação de tutela. As alegações coincidem com as apresentadas pelo candidato Diego Abreu Tormin. A tutela antecipada foi-lhe concedida para possibilitar a sua participação nas etapas seguintes do certame. Mais tarde, a sentença determinou a anulação do ato em questão e garantiu-lhe o direito a outra avaliação psicológica (fls.209/211). O feito está em fase de recurso e ainda pende de decisão final.*

22. *Diante desses dados podemos concluir que o número de vagas utilizadas no certame, na verdade, ultrapassou o*



previsto no edital normativo, pois a CLDF nomeou 17 (dezessete) candidatos incluindo os sub judice; 02 (dois) portadores de deficiência; e reservou 02(duas) vagas para Diego Tormin e Márcio Gonçalves, ambos portadores de deficiência mencionados anteriormente, totalizando 21 (vinte e uma) vagas. Assim, podemos afirmar que a CLDF deu cumprimento ao edital normativo em referência. Por oportuno, informamos que o acréscimo de mais uma vaga para o certame, ao que tudo indica, visou atender às demandas judiciais e, portanto, não acarretou qualquer prejuízo aos participantes do concurso.

Informa, quanto aos cargos comissionados existentes na CLDF, o seguinte:

23. *Segue o anexo 02 (fls.35/49), que enumera os cargos em comissão existentes na estrutura administrativa permanente da CLDF, registrando a existência de 27 (vinte e sete) cargos da espécie, denominados Assessor de Segurança, originados da transformação do cargo em comissão de Auxiliar de Segurança pelo art. 16 da Resolução nº 232/2007 – CLDF (fls.49), lotados na Coordenadoria de Polícia Legislativa daquela Casa, com atribuições definidas no anexo do Ato da Mesa Diretora nº 44/2008.*

24. *Já o anexo 03 (fls.50) demonstra que há dois cargos em comissão de Segurança Parlamentar, código CL – 07, na estrutura dos Gabinetes dos Deputados Distritais, conforme prevê o § 2º do art. 41 da Lei nº 4.342, de 24/06/2009, que instituiu o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF.*

Responde especificamente os questionamentos formulados pelo denunciante, às fls. 214/217, § 25.

Consigna, no tocante às questões formuladas pelo Órgão Ministerial, o seguinte:

26. *Isso feito, passamos às indagações formuladas pelo douto Ministério Público junto ao TCDF. No parecer exarado às fls.17/25, o MP levantou a hipótese da preterição de candidatos aprovados no concurso, por candidatos nomeados de forma livre, para cargos em comissão. Sobre o assunto temos a informar que, com base na documentação em exame, das 20 (vinte) vagas fixadas pelo Edital nº 01/2005 para o cargo de Policial Legislativo, 19 (dezenove) foram preenchidas, restando duas reservadas para os candidatos portadores de*



deficiência sub judice apontados nos §§ 20, 21 e 22. Consoante o informado no § 25, foi disponibilizada mais uma vaga para esta categoria. O exame do procedimento, por conseguinte, não evidenciou qualquer contratação de terceiros para essas vagas.

27. *Quanto à hipótese de irregularidade no preenchimento das funções afetas à área de segurança na CLDF, ela não se confirmou. Consoante registrado nos autos, havia no Quadro de Pessoal daquela Casa Legislativa 92 (noventa e duas) vagas destinadas aos servidores concursados, e, as relativas aos cargos comissionados de Assessor de Segurança (27), cargos de livre provimento. Esses cargos comissionados foram considerados inconstitucionais pela ADI – 2008.00.2.005549-3 (fls.111/146). Com relação ao pedido de informações sobre os nomes dos aprovados no concurso e o rol dos nomeados, empossados e excluído do certame, acreditamos que os documentos de fls.32/83 atendem à solicitação.*

Sugere, enfim, ao eg. Plenário conhecer da inspeção e dos documentos acostados aos autos, considerar regular a convocação dos candidatos aprovados nas duas etapas do concurso público para o cargo de Técnico Legislativo, categoria Policial Legislativo e determinar diligência à Câmara Legislativa para informar acerca da decisão judicial que considerou inconstitucional o inciso III do art. 6º da Resolução CLDF nº 229/07.

O MPjTCDF, mediante o Parecer nº 629/2011-CF, acolhe as sugestões da Inspetoria, destacando a importância da diligência sugerida pelo Corpo Técnico, com vistas a “,,, saber se efetivamente existem servidores comissionados exercendo funções de segurança, enquanto candidatos aprovados em concurso público aguardam sua nomeação, não obstante a constatação de preenchimento das vagas disponibilizadas no Edital, com suas devidas peculiaridades quanto a candidatos com deficiência e decisão judicial favorável.”

É o relatório.



VOTO

O presente processo cuida de denúncia formulada por cidadão, identificado às fls. 8/9, acerca de possível irregularidade ocorrida no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, relativamente ao concurso público para o provimento de vagas e formação de cadastro reserva para o cargo de Técnico Legislativo, categoria Policial Legislativo, regulado pelo Edital nº 1/2005-CLDF, de 26.10.05, cujo prazo de validade expirou em 29.06.10.

Segundo a Inspeção, às fls. 13/14, o referido edital foi examinado nos autos do Processo nº 35.161/05 e atribuído caráter sigiloso à denúncia tratada neste feito.

O Tribunal, de acordo com a Decisão nº 327/07, a última adotada naquele processo, tomou conhecimento do acompanhamento efetuado no Edital nº 1/2005-CLDF e determinou o arquivamento do processo.

Para o exame da denúncia, objeto destes autos, determinei, por meio do Despacho Singular nº 132/2010 – GCMA, à fl. 22, a realização de inspeção na CLDF, objetivando avaliar a execução do certame em comento e os termos denunciados.

A inspeção foi feita pela Divisão de Atos de Admissão da 4ª ICE e o respectivo relatório apresentado às fls. 202/221, acolhido integralmente pela digna Inspetora.

Da mesma forma, o Órgão Ministerial concordou com a análise e as sugestões da Inspeção, enfatizando a necessidade da diligência à jurisdicionada.

A Unidade Técnica destaca que o relatório da inspeção foi concluído com atraso, em razão do grande volume de documentos a examinar, pedindo que se releve essa intempestividade.

Não vejo empecilho algum seja relevada a falha.

Na denúncia, em resumo, o cidadão alega que foi prejudicado no certame, pois foram convocados para o curso de Treinamento Específico apenas os 20 (vinte) primeiros candidatos aprovados, total que coincide com o número de vagas previsto no item



25 daquele edital, ao contrário do que ocorreu no recrutamento para o cargo de Técnico Legislativo, categoria: Técnico Legislativo, para o qual a CLDF fixou 10 (dez) vagas no edital, mas nomeou mais de 30 (trinta) candidatos. Isso porque ele, tendo alcançado a vigésima primeira colocação, deixou de ser convocado. Reclama, também, que foi excluído em razão dos candidatos favorecidos por decisões liminares, posteriormente cassadas, e que havia, ainda, uma vaga, mas que a CLDF preferiu não convocar novos candidatos. Solicita que a CLDF nomeie os candidatos dentro do número de vagas previstas no edital, utilizando como exemplo a decisão proferida pelo STJ, em 04.08.09, no RMS 27.311/AM, no sentido de que a administração, "... até expirar o lapso de eficácia jurídica do certame, tem o poder-dever de convocar os candidatos aprovados no limite das vagas que veiculou no edital, respeitada a ordem classificatória ...". O denunciante faz, enfim, os questionamentos, de 1 a 6, constantes à fl. 2.

A análise efetuada pela Divisão Técnica, às fls. 206/213, §§ 13 a 22, revela que, pelo resultado final do concurso, consubstanciado no Edital nº 48/2006-CLDF, à fl. 56, foram aprovados para o cargo de Técnico Legislativo – Policial Legislativo **23** candidatos. Desse total, foram nomeados, inicialmente, **14**, sendo 1 portador de deficiência, e 1 *sub judice*, segundo o Ato do Presidente nº 301/06, à fl. 57, e, posteriormente, **5** *sub judice*, sendo 1 portador de deficiência, conforme os Atos do Presidente nºs 439/06 e 411/10, às fls. 58/59, resultando em **19** nomeações, tendo sido reservadas 2 vagas para os candidatos deficientes cujas ações judiciais pendem de decisões, em consonância com o disposto no art. 2º do Ato do Presidente nº 301/06.

A Inspetoria ressalta que a nomeação dos 6 candidatos decorrentes de decisões judiciais pode ser considerada regular, em razão de pesquisas efetuadas no site do TJDF sobre o andamento das respectivas ações, às fls. 208/212, § 18, favoráveis aos autores, para assegurar-lhes a continuação na 2ª etapa do certame, desconsiderando a intempestividade na entrega de laudo médico ou a avaliação psicológica anterior.

Conclui que o concurso resultará em 21 vagas, ultrapassando o limite previsto no edital (20 vagas), destacando, porém, que isso ocorreu para atender às demandas judiciais, não acarretando prejuízo aos participantes do concurso.



Concordo com o exame empreendido pela Inspetoria, corroborado pelo Órgão Ministerial. Os motivos para os 6 candidatos nomeados, decorrentes de decisões judiciais, foram suficientemente demonstrados às fls. 208/212, § 18. Vejo, também, que a criação de 1 vaga a mais, além das 20 previstas no edital, não é motivo suficiente para se considerar ilícito o certame, uma vez que havia vaga disponível para o cargo, conforme a informação constante do § 13, à fl. 206, e que objetivou cumprir uma demanda judicial.

Verifico, assim, de início, em razão da inspeção realizada pela Inspetoria, e dos documentos acostados aos autos, que o quantitativo de candidatos nomeados para o cargo está dentro do número de vagas estabelecidas no edital, não caracterizando ilegalidade a abertura de uma vaga a mais.

Em relação aos questionamentos feitos pelo denunciante, à fl. 2, observo que os três primeiros pontos já foram respondidos anteriormente.

Os dois últimos foram respondidos a contento pela Unidade Técnica, às fls. 215/217.

Para facilitar o entendimento, reproduzirei, a seguir, todas as respostas dadas pela Inspetoria:

1) Quantos candidatos ao cargo de Técnico Legislativo – categoria Policial Legislativo (atual Agente de Polícia Legislativa) foram nomeados e exonerados no período de 2006 a 2010?

De acordo com os demonstrativos analisados foram convocados para o Treinamento Específico 20 (vinte) candidatos aprovados na 1ª etapa do concurso público para o cargo em referência, sendo: os 12 (doze) primeiros classificados; 01 (um) candidato que se declarou portador de deficiência; 07 (sete) candidatos sub judice, sendo 03 (três) candidatos portadores de deficiência (ver fls.32 e 53). No final, foram nomeados 19 (dezenove) e excluído um candidato pelo Edital nº 45, de 12 de junho de 2006;

2) Qual a motivação (justificativa) para o tratamento diferenciado com relação ao direito de nomeação dos candidatos aos cargos de Técnico Legislativo –



categoria Técnico Legislativo e Técnico Legislativo – categoria Policial Legislativo?

*De acordo com o item 25.1.1 (fls.93) do Edital nº 1/2005, somente seriam convocados para o treinamento específico os candidatos aos cargos de Consultor Técnico Legislativo – categoria Inspetor de Polícia Legislativa e de Técnico Legislativo – categoria: Policial Legislativo, aprovados na primeira etapa do concurso público, segundo a ordem de classificação por cargo/categoria e **dentro do número de vagas previsto neste edital, ou seja, 20 vagas para o último cargo mencionado.***

No caso da convocação dos candidatos aprovados no concurso para o cargo de Técnico Legislativo – categoria: Técnico Legislativo, o item 20.8.3 do mesmo edital determina o recrutamento de 20 (vinte) vezes o número de vagas definidas naquele regulamento. Dessa forma, o procedimento levado a efeito pela CLDF seguiu as regras impostas no edital do certame.

3) Quais motivos fundamentam o não cumprimento do edital de abertura do concurso, que previa o preenchimento de 20 vagas para o cargo de Técnico Legislativo – categoria Policial Legislativo?

Conforme a documentação juntada aos autos, podemos concluir que o número de vagas utilizadas no certame, na verdade, ultrapassou o previsto no edital normativo, pois a CLDF nomeou 17 (dezessete) candidatos dentre comuns e sub judice; 02 (dois) portadores de deficiência; e reservou 02(duas) vagas para Diego Abreu Tormin e Márcio Gonçalves da Silva totalizando 21 (vinte e uma) vagas, dentre elas 04 (quatro) destinadas aos portadores de deficiência. Assim, podemos afirmar que a CLDF deu cumprimento ao Edital nº 01/2005. Por oportuno, informamos que o acréscimo de mais uma vaga para o certame, ao que tudo indica, visou atender às demandas judiciais e, portanto, não acarretou qualquer prejuízo aos participantes do concurso.

4) Quantos policiais civis e militares encontram-se cedidos à Câmara Legislativa, de 2006 até a presente data, desempenhando atividades relacionadas com os serviços de segurança e manutenção da ordem e de polícia da Câmara Legislativa do Distrito Federal?



O demonstrativo de fls.35/49, que especifica o quantitativo de cargos em comissão existentes na estrutura administrativa permanente daquela Casa, revela haver 307 cargos comissionados, dentre eles cargos privativos de servidores efetivos e cargos que, até dezembro deste ano poderão ser providos por servidor requisitado, por força do art. 11 da Resolução nº 232/2007. Os cargos com essa ressalva são: 07 (sete) cargos de Chefe de Unidade; 21 (vinte e um) de Chefe de Seção; 26 (vinte e seis) de Chefe de Setor; 01 (um) de Coordenador, na Comissão dos Anais e Memória; 01 (um) de Assessor de Distribuição de Proposições (Assessoria de Plenário); 01 (um) Assessor de Apoio às Atividades de Plenário; 01 (um) Assessor de Cerimonial/ Garçom; 01 (um) Assessor de Acompanhamento de Obras e Serviços; 01 (um) Assessor de Cerimonial/Secretário, 05 (cinco) Assessores de Produção Gráfica. Com relação à área de segurança da CLDF, conforme registramos anteriormente existiam 27 (vinte e sete) cargos em comissão de Assessor de Segurança, originado da transformação do cargo em comissão de Auxiliar de Segurança pelo art. 16 da Resolução 232/2007 que, em razão da natureza do cargo, poderia, em tese, ser provido livremente. O que se conclui sobre os cargos de segurança da CLDF, portanto, é que existiam no Quadro de Pessoal daquela Casa, cargos destinados a provimento mediante concurso público e os cargos comissionados de livre provimento, com as mesmas atribuições.

Essa questão, ou seja, as mesmas atribuições para cargos distintos, foi atacada pelo Poder Judiciário na ADI nº 2008.00.2.005549-3 (fls.111/146), onde o TJDFT declarou inconstitucional o inciso III do art. 6º da Resolução nº 229, de 2007, sob a alegação de que a criação de cargos em comissão deve restringir-se apenas aos casos de chefia, direção e assessoramento e não podem ser direcionados a atividades próprias de cargos efetivos. O TJDFT conferiu à sentença efeitos *ex tunc*, ou seja, decretou “a total nulidade dos atos emanados do Poder Público”, que “desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe – ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos – a possibilidade de invocação de qualquer direito”³

Dessa forma, o art. 16 da Resolução nº 232/2007 perdeu validade por falta de objeto, o que esvazia a questão da ocupação de

³ Acórdão nº 385687



cargos da área de segurança por terceiros, levantada na denúncia em foco. Contudo, a CLDF deverá ser indagada pelo Tribunal, a respeito das providências adotadas para o cumprimento da decisão em relevo.

5) Qual o fundamento legal ou normativo para existência do Treinamento Específico para o cargo de Técnico Legislativo – categoria Policial Legislativo, já que a Resolução nº 50, de 1992, que é uma norma primária, não especificou este requisito básico de investidura para o qual derivou para o atual Agente de Polícia Legislativa?

A Resolução nº 50, de 1992, complementou a Resolução nº 36, de 1991, que trata das diretrizes para a realização de concursos públicos pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, e estabelece normas para os concursos públicos das categorias profissionais de Técnico de Segurança e Agente de Segurança.

A exigência do treinamento específico está relacionada ao porte de arma dentro das instalações da CLDF. O art. 8º da Resolução nº 223/2006 prevê o porte livre de arma de uso permitido no território do Distrito Federal, aos Inspetores e Agentes de Polícia Legislativa, mediante prévia autorização do Presidente da Câmara Legislativa. A obtenção do porte depende de prévia avaliação psicológica do servidor e sua habilitação em curso específico de treinamento, renovado em intervalo não superior a 03 (três) anos. Estas condições estão previstas no § 1º do citado artigo 8º. Portanto, podemos inferir que a origem da necessidade de realização do Treinamento Específico está neste dispositivo da Resolução nº 223/2006.

*Impende registrar que a penúltima pergunta formulada pelo denunciante possibilitou ao Corpo Técnico concluir que, no quadro de pessoal da CLDF, existiam cargos relacionados com a área de segurança destinados a preenchimento mediante concurso público e de livre provimento (comissionados), com as mesmas atribuições. Acrescentou, porém, que esse fato foi combatido pelo TJDF, tendo sido declarada a inconstitucionalidade do inciso III do art. 6º da Resolução CLDF nº 229/07, com efeitos *ex tunc*, por meio da ADIN nº 2008.00.2.005549-3, sob a alegação de que a criação de cargos em comissão deveria restringir-se apenas aos casos de chefia, direção e assessoramento, não podendo ser direcionados a atividades próprias*



de cargos efetivos. Concluiu, por consequência, que o art. 16 da Resolução CLDF nº 232/07 perdeu validade por falta de objeto, devendo ser indagado à CLDF se está cumprindo o decidido naquela ADIN.

O MPJTCDF, em seu parecer de fls. 225/226, registra, basicamente, a importância da verificação, na forma apontada pelo Corpo Técnico, “... *do cumprimento da decisão proferida na referida Adin, em que em que se considerou inconstitucional o inciso III do artigo 6º da Resolução nº 229/2007-CLDF, que criou cargos de Auxiliar de Segurança, transformados posteriormente em Assessor de Segurança*”, acrescentando que “não pode haver dúvida se efetivamente o preenchimento das funções a serem desempenhadas por candidatos concursados não está sendo feita por servidores comissionados.”

Entendo oportuna a verificação sugerida pela Inspeção, reiterada pelo Órgão Ministerial, acerca do atendimento da ADIN nº 2008.00.2.005549-3 pela CLDF, objetivando checar se os cargos efetivos da área de segurança estão sendo efetivamente preenchidos por servidores concursados e não comissionados.

Ressalte-se que, presentemente, as vagas abertas para o cargo de Técnico Legislativo – Policial Legislativo, previstas no Edital nº 1/2005 – CLDF, foram preenchidas, corretamente, por servidores concursados.

Assim, diante do exposto, acompanhando, em essência, os termos da instrução e do parecer do MPJTCDF, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento:

a) da denúncia formulada pelo cidadão qualificado às fls. 08/12 destes autos, a respeito de possíveis irregularidades na convocação para a segunda etapa do certame, dos candidatos aprovados no concurso público para o cargo de Técnico Legislativo – Categoria: Policial Legislativo, de que trata o Edital nº 1/2005, de 27 de outubro de 2005;

b) da documentação acostada às fls. 30/83 e 84/201,e, ainda, do relatório de Inspeção realizada



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

e-DOC DAD76829

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 17873/2010

Rubrica: _____

junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, em cumprimento ao Despacho de fls. 22;

c) do procedimento levado a efeito pela CLDF, na convocação dos candidatos aprovados nas duas etapas do concurso público para o cargo de Técnico Legislativo – Categoria Policial Legislativo, de que trata o Edital nº 1/2005, baseado nas normas do edital respectivo, considerando-o regular e, em consequência, improcedente a denúncia;

II – dê ciência ao denunciante e à Câmara Legislativa do Distrito Federal desta decisão;

III – determine à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a este Tribunal sobre as medidas implementadas para dar cumprimento à decisão proferida na ADI nº 2008.00.2.005549-3, de que trata o Acórdão nº 385687, que considerou inconstitucional o inciso III, do art. 6º da Resolução nº 229, de 2007 - CLDF, dispositivo que criou na estrutura da Câmara Legislativa do DF, 27 (vinte e sete) cargos de Auxiliar de Segurança, transformados pelo art. 16 da Resolução nº 232, de 2007 – CLDF em Assessor de Segurança;

IV – levante o caráter sigiloso dos autos.

Brasília, em de julho de 2011.

MANOEL DE ANDRADE
Relator